



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Eleição	REUNIÃO Nº: 1110/16	DATA: 14/09/2016	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 10h30min	TÉRMINO: 11h16min	PÁGINAS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO

Reunião para eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

OBSERVAÇÕES

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada, nos termos regimentais, pela Presidência da Casa para a eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as irregularidades das concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC e dá outras providências — CPI-Lei Rouanet.

Eu peço a atenção do Plenário, porque nós já iniciamos a reunião — está aberta a reunião. Os Deputados e assessores podem tomar seus assentos.

Esclareço que me coube assumir a Presidência dos trabalhos, nos termos do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, por ser Deputado integrante da CPI que tem o maior número de mandatos na Casa.

Ata.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da reunião de instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Tendo sido pedida a dispensa da leitura da ata, coloco-a em votação.

Os Deputados que concordam com a aprovação da ata permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dando início ao processo eleitoral, quero esclarecer aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão nossos trabalhos. A eleição dos membros da Mesa desta Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão, 16 Deputados, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno, aplicado à presente situação.

Será eleito, em primeiro escrutínio, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, entre o total de votantes, e, em eventual segundo escrutínio, será eleito o Deputado que obtiver a maioria simples de votos, entre o total de votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.



Os votos em branco serão computados apenas para efeito de quórum, nos termos do § 2º, do art. 183, do Regimento.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até que se conclua a votação.

Esta Presidência ainda informa que considera registradas as seguintes candidaturas que serão submetidas a voto dos membros desta Comissão: para Presidente, Deputado Alberto Fraga, pelo DEM do Distrito Federal; para 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente e 3º Vice-Presidente, não houve registro de chapa, porque há um acordo de que estes cargos serão preenchidos *a posteriori*, via de consequência.

Portanto, estamos submetendo à votação dos Srs. Parlamentares tão somente o cargo de Presidente, cujo único candidato inscrito é o Deputado Alberto Fraga.

Antes de dar início ao processo de votação, peço a atenção dos Srs. Parlamentares para algumas regras importantes referentes ao processo de votação eletrônica.

Ao iniciar a votação, os Srs. Deputados deverão dirigir-se à cabine localizada no fundo do plenário. O Parlamentar deverá digitar o código de sua carteira Parlamentar, com três dígitos, no teclado virtual do monitor da urna. Em seguida, deverá posicionar a sua digital no leitor biométrico, que se encontra ao lado do monitor. Neste momento, aparecerão na tela as opções de voto para que faça a sua escolha. Se desejar corrigir, toque na opção “corrigir”, e o sistema retornará à tela anterior.

Na urna eletrônica, constará tão somente a opção para Presidente — Deputado Alberto Fraga. Após fazer sua escolha, certifique-se do seu voto e clique na opção “confirma”. Uma vez confirmado o voto, ele não poderá ser alterado. Aguarde o aviso sonoro e a mensagem “fim do voto”, para segurar que seu voto foi registrado com sucesso.

Lembro, ainda, que somente será eleito o Presidente que alcançar, em primeiro escrutínio, a maioria absoluta de votos do total de votantes e, em eventual segundo turno, que no caso não haverá, porque haverá somente um candidato.



Informo que, a partir deste momento, novas alterações na composição da Comissão só poderão ser consideradas após o término da votação.

Peço aos Srs. Parlamentares que aguardem a liberação da urna eletrônica.

Está aberta a votação. Os senhores podem se dirigir à urna eletrônica.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Pois não, Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, Deputado Alberto Fraga, que será o Presidente desta CPI, quero aproveitar, neste momento da votação, para registrar que estamos avançando, por um acordo pela composição da Mesa e da indicação do Relator, no entendimento de que a CPI é um dos órgãos mais relevantes do Parlamento brasileiro. A Constituição nos dá este comando e reveste a CPI de autoridade judicial e policial.

A intenção da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores — aqui falo também em nome da bancada do PCdoB; o Deputado Orlando Silva, do PDT, também está aqui; bem como o Deputado Lessa — é fazer um trabalho à altura do que merece o Congresso Nacional, à altura do tema, não só nas competências e atribuições que estão no requerimento das investigações de quem porventura tenha cometido algum desvio ou algum delito, visando, sobretudo, ao aprimoramento da Lei Rouanet.

Os Deputados Domingos Sávio e Izalci, creio, também têm o entendimento de que a lei é um instrumento importante, mas precisa ser aprimorada. Talvez o principal objeto desta Comissão seja o aprimoramento da lei para fomentar a cultura.

Portanto, nós vamos procurar fazer o debate sem abrir mão das investigações que têm de ser feitas — um dispositivo constitucional nos dá este poder —, mas dentro da linha e do entendimento que eu mencionei. Eu acho que podemos produzir um acordo da direção da Mesa e um plano de trabalho que seja o sentimento da média desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Obrigado, Deputado Vicente Candido.

Tem a palavra pela ordem o Deputado Delegado Edson Moreira.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, nós estamos aqui para prestar os trabalhos, sempre procurando aprimorar e sempre dentro da legalidade. Ninguém vai se desviar das condutas. O importante é que este Parlamento é o lugar do consenso, da conversa, e as conversas estão acontecendo, e vão progredindo. Isso é importante para nós. O Parlamento está demonstrando que está chegando ao patamar daquele que deve ser um parlamento, sempre.

Vamos em frente, que atrás vem gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Edson Moreira.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, eu queria agradecer aos colegas. Acho que o entendimento é a base de tudo. Nós sabemos que estamos diante de um problema que precisa ser resolvido e nós precisamos apontar algum direcionamento, aprimorar a Lei Rouanet, para que não continue prejudicando aqueles que verdadeiramente precisam deste incentivo.

Eu agradeço o apoio e a compreensão do Deputado Vicente Candido. Como eu disse, não tenho absolutamente nada contra o Deputado e também, pelo poder de convencimento, o Deputado Orlando Silva, bem como o Deputado Solla, que possibilitou este entendimento.

Hoje elegeremos apenas o Presidente. A partir da segunda-feira, todos nos sentaremos para conversar e fazer uma composição de maneira que não atrapalhe os serviços e que possamos chegar a bom termo e a bom caminho.

O que nós não podemos é começar uma CPI com a imprensa dizendo que vai acabar em *pizza*. Não, não vai! Nós temos que apresentar um resultado satisfatório, um resultado que venha a trazer benefícios para a sociedade.

Eu agradeço, mais uma vez, a compreensão. Evidentemente, estaremos sempre prontos ao diálogo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Alberto Fraga.



Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, prezado colega Pompeo de Mattos, demais colegas Parlamentares, também quero registrar meu entendimento de que temos diante de nós uma missão e uma grande oportunidade.

A missão é óbvia: se estamos instalando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, devemos exercer nossa missão e nossa função como Parlamentares de promover um processo de investigação de forma absolutamente transparente, de maneira responsável, de maneira republicana, para que não parem dúvidas. Obviamente, qualquer ilícito e qualquer irregularidade devem ser apurados, e que isso se dê estritamente dentro do que estabelece nosso Regimento e do que estabelece a própria lei.

Além desta missão que nós haveremos de cumprir — eu não tenho dúvida de que nossos objetivos aqui não têm natureza partidária —, nós devemos convergir para dar uma resposta clara à sociedade, até porque a missão que temos não nos distancia da oportunidade de aprimorar a lei.

A missão é esclarecer, apurar e, obviamente, havendo irregularidades, punir e saná-las. A oportunidade é enorme porque não é de agora que já se debate a necessidade de aprimoramento da Lei Rouanet, não apenas porque houve denúncias de irregularidades, mas porque esta é uma lei importante. A Lei Rouanet deve alcançar o seu objetivo em todo o território nacional e nas diversas formas de manifestação cultural. Portanto, como ela tem alcance muito amplo, já vem de algumas décadas, obviamente devemos, para aprimorar esta lei, não só usar a experiência do que já se fez — e já se fez muita coisa boa —, mas também observar aquilo que deixou a desejar.

A minha observação é esta: temos uma missão, vamos cumpri-la com responsabilidade e com o rigor da lei.

Em hipótese alguma, vejo aqui um ambiente de conflito. Aliás, o entendimento que estabelecemos, agora de forma republicana, para fazer a votação é um bom começo. Não vejo que esta CPI deva ser palco de queda de braço. Ela deve ser um espaço para darmos, de maneira muito clara, uma resposta à sociedade sobre as denúncias que chegaram a esta Casa. Dando uma resposta, aproveitamos a oportunidade para aprimorar a lei.



No entendimento que tivemos, já vamos levar ao Presidente da Casa nosso apelo para que S.Exa. estabeleça conosco o compromisso de que, no produto desta CPI, seguramente deverá haver — eu acredito ser este o entendimento de todos, especialmente do nosso Presidente — a elaboração de uma proposta de aprimoramento da lei, um projeto de lei. Que S.Exa. estabeleça conosco o compromisso de prioridade de tramitação deste projeto de lei.

Não adianta produzir projetos para que fiquem tramitando em várias Comissões. Aqui nós já vamos fazer o trabalho de produzir e lapidar um projeto e, obviamente, conseguir do Presidente o compromisso do regime prioritário de urgência para a sua aprovação.

Acredito que já temos condições de encerrar a votação, Sr. Presidente.

Aproveito a ocasião para cumprimentar o Deputado Alberto Fraga. Pelo que eu entendo, é a maioria simples dos 16 membros do quórum. A maioria simples do quórum seriam 9. Portanto, acredito que já temos Presidente eleito.

Desejo sucesso ao Presidente Alberto Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

A precaução recomenda que é bom preservar um pouco ou segurar um pouquinho e aguardar um pouco mais, para aumentar um pouco mais o quórum, para não termos absolutamente nenhuma surpresa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Orlando Silva. Em seguida, terá a palavra o Deputado Sóstenes.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, é bom ter o quórum pleno, para não ser um Presidente ilegítimo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Meus cumprimentos, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos. Cumprimento os colegas presentes, especialmente o Deputado Alberto Fraga, a quem desejo serenidade na condução dos trabalhos desta CPI.

Sr. Presidente, eu espero que esta CPI sirva ao esforço que esta Casa deve fazer de restabelecer condições políticas normais, condições políticas de funcionamento pleno.



Ainda ontem, eu registrava que as Comissões Parlamentares de Inquérito têm sua origem no século XIX, na Europa, particularmente no Parlamento da Alemanha Unificada. Ali, as Comissões Parlamentares de Inquérito serviram para que as minorias pudessem exercer o seu direito. CPI serve para que a minoria fiscalize o Poder Executivo. CPI serve para o aprofundamento de determinado tema. Aliás, no Brasil, as CPIs ganharam um tom policalesco, um tom criminalista, quando, na verdade, a tradição da CPI é abordar temas.

Houve um tempo em que a pesquisa, a ciência e a tecnologia no Brasil foram tema de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O esporte no Brasil foi tema de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de pensar políticas públicas que servissem ao desenvolvimento do nosso País nas áreas temáticas.

Eu espero que esta Comissão Parlamentar de Inquérito reflita sobre o financiamento da cultura. Evidentemente, o financiamento não pode ser apenas feito a partir de incentivos fiscais.

Pessoalmente, considero que a forma que a Lei de Incentivo à Cultura ganhou muitas vezes atende mais aos interesses dos departamentos de *marketing* das empresas do que à difusão da cultura brasileira, ao desenvolvimento e ao suporte da cultura no Brasil.

Tudo isso tem um impacto regional, porque há evidentemente uma concentração de financiamento em determinados polos. Há também um impacto na qualidade da produção artística, porque há uma concentração de investimentos em determinadas linguagens artísticas, para não falar em determinados nomes. Por isso, eu considero muito importante que este trabalho seja feito, sobretudo, pensando em aperfeiçoar as regras de financiamento da arte e da cultura em nosso País.

Resgato, a propósito, a figura do Ministro Juca Ferreira, que liderou um processo de extenso debate sobre o aperfeiçoamento do financiamento da cultura, tendo apresentado a este Congresso, o que foi subscrito pela Presidenta Dilma Rousseff, um projeto de reformulação da Lei Rouanet.

Espero que o Relator a ser designado pelo Presidente Alberto Fraga possa estudar todas as iniciativas que hoje existem na Câmara, seja de Parlamentares, seja do Poder Executivo, para aperfeiçoar as regras de financiamento da arte e da



cultura no Brasil, no sentido de torná-las mais transparentes, mais democráticas, mais eficientes, promovendo todas as linguagens artísticas em todos os cantos do nosso País.

Este seria um objetivo nobre que esta Comissão poderia perseguir e oferecer aos artistas da cultura e, sobretudo, à Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom trabalho a todos nesta CPI!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Orlando Silva.

Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, apurada a eleição do nosso Presidente, parabênizo o Deputado Alberto Fraga. Numa manhã de segunda-feira, quando cheguei a Brasília com a intenção de colher assinaturas para a realização desta CPI, S.Exa. também teve a mesma iniciativa. Como somos colegas partidários, propus a ele unificarmos os textos e colhermos, juntos, as assinaturas, o que aconteceu. Nós conseguimos, em menos de 48 horas, as assinaturas suficientes para termos esta CPI, sempre preocupados com a melhoria do setor de cultura no Brasil.

É lógico que há indícios de que a lei foi mal usada, de que algumas pessoas, empresas e produtoras se aproveitaram da lei para a prática de crimes. Por isso, uma CPI: para apurar possíveis irregularidades, irregularidades estas que, quando estávamos colhendo assinaturas, nós só sabíamos da imprensa e das denúncias que chegavam até nós. Mas, logo que protocolamos a CPI, dias depois, a Polícia Federal também começou a agir em relação aos abusos — todos foram noticiados — de uma família que trabalhava com produção de cultura em São Paulo, que usou deste recurso para fazer casamentos. Todos tiveram conhecimento desse escândalo, que foi amplamente noticiado.

Fruto disso é a consciência de que precisamos revisar o texto da lei para evitar tais brechas. Eu me oriento na mesma esteira dos colegas. Precisamos fazer uma revisão. Precisamos olhar a cultura como ela merece ser vista no País. Hoje, no Ministério da Cultura, temos três fontes de financiamento, salvo engano: o Fundo Nacional de Cultura, os Pontos de Cultura e a Lei Rouanet.



Sem dúvida, a maior fonte de arrecadação, que é da ordem de 1 bilhão e 200 milhões, nos últimos anos, é a Lei Rouanet. Daí a importância desta lei. Daí a importância de fazermos esta CPI para apurar e dar tranquilidade, em especial, à iniciativa privada, para que faça seus aportes ao incentivo à cultura de maneira consciente, para que o recurso realmente chegue à ponta do pequeno e do médio produtor de cultura, os que mais necessitam.

É lógico que não temos nada contra os grandes produtores de cultura do País, mas eles não podem ser a prioridade. O que está acontecendo hoje com o texto da lei é que a prioridade fica para os milionários, os produtores de cultura poderosos, quando deveria ser totalmente ao contrário.

Eu tenho a convicção de que o trabalho do Deputado Alberto Fraga, meu colega de partido, o Democratas, será um trabalho excelente e nós vamos realmente investigar se existem práticas ilícitas e, se for o caso, punir os culpados com o rigor da nossa legislação.

Espero estarmos juntos, todos nós, membros desta CPI e o Ministério da Cultura.

Quero registrar a importância e o nível de conhecimento técnico do Ministro Marcelo Calero, que tenho certeza vai contribuir conosco nesta CPI, como os produtores de cultura. Sem eles, nós não vamos produzir.

Sem dúvida nenhuma, nós queremos isso. Tenho convicção de que, ao final desta CPI, vamos viver um novo momento da cultura brasileira, valorizando, em especial, a Lei Rouanet, que é muito importante para os produtores de cultura do País.

São estas as minhas palavras. Desejo total êxito à gestão do nosso Presidente Alberto Fraga, que passa a conduzir os trabalhos desta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Sóstenes.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também quero aproveitar esta oportunidade para desejar sucesso ao nosso Presidente Deputado Alberto Fraga e ao nosso Relator.



Espero que o Deputado Fraga possa escolher o Relator adequado e que possamos fazer desta uma Comissão que produza resultados.

Eu tive não sei se privilégio ou satisfação de participar da CPMI da PETROBRAS. Está aí o resultado: a acusação de toda a Mesa ter chantageado as empresas. Participei da CPI da PETROBRAS aqui na Câmara e produzimos um relatório de 1.500 páginas, um voto em separado. Hoje tudo o que está acontecendo — podem ler o relatório da CPI da PETROBRAS e o nosso voto em separado — já estava contemplado neste voto. Por último, participei da CPI do CARF.

É evidente que nós perdemos muito em termos de autonomia e de instrumento de investigação com a delação premiada. A lei da delação premiada realmente limitou um pouco a CPI do Congresso, além, evidentemente, de ter havido excesso de utilização do direito de ficar em silêncio, que a Constituição garante, mas não como a maioria vem utilizando.

A lei permite que o depoente fique em silêncio para não prejudicar a si próprio. No entanto, em relação ao que ele pode contribuir, que não o afeta, ele poderia contribuir com a CPI, mas isso não tem acontecido.

Eu quero ressaltar, Presidente Pompeo e agora Presidente Alberto Fraga, que nós não podemos aceitar, de forma alguma, que esta Comissão seja tachada de instrumento de proteção, por tentar acordos para não apurar fatos sobre determinadas instituições ou pessoas.

Nós sabemos que deverão aparecer diversos requerimentos, mas temos, numa reunião administrativa, que estabelecer, de forma isenta, um processo de aprovação dos requerimentos, no sentido de realmente apurar a verdade. Este é o papel dos Deputados, este é o nosso papel: não só legislar, mas também fiscalizar o Poder Executivo.

Esta e outras leis de incentivo que temos no País precisam ser valorizadas, e a forma de fazer isso é aplicá-la corretamente, ao contrário do que vimos assistindo com relação a vários programas lançados com boas ideias: na prática, o objetivo não era apenas fazer o bem para a sociedade, mas se dar bem por meio da legislação sobre incentivos fiscais.

Como contador e auditor, eu conheço bem a aplicação das leis sobre incentivos fiscais e espero poder contribuir muito com esta Comissão. Mas tenho a



certeza de que, com a condução do Deputado Fraga e do Relator que será indicado, nós haveremos de dar a resposta para a sociedade sobre o que de mau aconteceu, a partir da desvirtuação da lei, evidentemente, já em segundo plano — não em primeiro, como foi colocado, porque, em primeiro plano, está a investigação, conforme o texto da CPI —, no sentido de aperfeiçoar cada vez mais a legislação sobre incentivos, não só esta como outras, para que possamos passar credibilidade às empresas, e estas façam espontaneamente as aplicações no incentivo.

Portanto, desejo a todos da Comissão muito sucesso. Que possamos produzir aqui um belo relatório, indicando ou indiciando o que foi feito de errado e sugerindo modificações na lei, para impedir que haja irregularidades.

Quero agradecer ao meu partido, que encaminhou hoje de manhã minha titularidade nesta Comissão. Com certeza, a partir de agora, estaremos prontos para colaborar com ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Izalci.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro, que também está inscrito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, é uma satisfação fazer parte desta Comissão. Assim como o Deputado Izalci, fui indicado, com muita satisfação, pelo meu partido.

Eu venho registrar que a Lei Rouanet não é de todo ruim. O espírito inicial da lei é bom: promover o artista que está no começo da carreira, para dar um empurrãozinho nele e ver se ele deslança. Mas o que vimos foi o Governo passado, de Dilma Rousseff, querendo, na cara de pau, literalmente comprar a classe artística, uma classe formadora de opinião, para trazer para si a simpatia dos seus seguidores.

Eu quero ver algum beneficiado bilionário da Lei Rouanet pregar contra as pautas da Esquerda. Quero ver a cantora Maria Bethânia, que pegou 1 milhão e 300 mil reais para, num projeto de 365 dias, recitar poesias num *blog*. Qual brasileira iria receber mais de 1 milhão de reais para estudar no exterior? Não há.



É por isso que eu votei, com satisfação, no Presidente Coronel Alberto Fraga. Concordamos em outras pautas e aqui, tenho certeza, ele fará uma excelente Presidência.

A partir dos requerimentos, nós colocaremos sentadinhos esses artistas bonitinhos que, por baixo dos panos, por meio do Ministério da Cultura, abocanhavam, com base em requisitos subjetivos, o bolso do contribuinte brasileiro. A teta acabou. A teta secou.

Os senhores terão que enfrentar a sociedade brasileira no dia a dia. Pegar dinheiro é mole. Quero ver explicarem artistas consagrados, que cobram mais de 100 reais de ingresso para um *show*, e receberem mais de 4 milhões de reais da Lei Rouanet.

É claro que este Congresso não se coaduna com esta prática. O Brasil vive um momento a ser passado a limpo. Com certeza, prezado colega Deputado Fraga, esta será uma excelente oportunidade para batermos um papinho com esse tipo de pessoas e fazermos um brilhante relatório, se Deus quiser, com medidas efetivas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Só temos que tomar cuidado para não levar uma cusparada na cara, porque esse povo é meio danado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Mas o senhor está protegido. Como disse o Deputado Eduardo Bolsonaro, nós vamos ter como Presidente, se as urnas o confirmarem — grávidas que estão —, um coronel: o Coronel Alberto Fraga. Isso não é um desdém, não é demérito: é um mérito, porque o posto foi conquistado com honraria e dignidade.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - É isso aí, Sr. Presidente. Se eu morrer amanhã, eu terei sido Deputado, mas vou ser enterrado fardado, e me orgulho muito disso.

Sr. Presidente, o Deputado Alexandre está chegando para completar o quórum de 16 Deputados. É lamentável que estejamos atrasando, mas o Deputado Alexandre Leite está chegando. Ele acabou de dizer que chega daqui a 2 ou 3 minutos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Esta Presidência tem a paciência necessária e suficiente para garantirmos o quórum e realizarmos a eleição de acordo com o Regimento porque, para que haja uma decisão, tem que estar presente a maioria, que, no caso, são 16. O resultado será obtido a partir do voto da maioria simples da maioria presente, 9 Deputados, número que, garanto, V.Exa. já tem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Só estranho que o nosso Deputado Lira está aqui presente, vai fazer parte da Comissão, já há o documento de substituição, e seu nome não consta na urna. Isso não faz sentido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, quero registrar que eu também estou presente e sou titular agora.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - O Deputado Izalci também está presente. É titular e não pode votar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu já quero registrar o meu voto aberto: sou favorável à eleição do Deputado Alberto Fraga.

Fica registrado meu voto, Deputado Fraga.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, sou o Deputado Átila Lira e estou sendo indicado pelo PSB para ser titular, com o Deputado Rodrigo. Mesmo não podendo votar, quero registrar meu apoio a este grande Deputado e futuro Governador do Distrito Federal, o Coronel Alberto Fraga.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele é meu Senador, Deputado Átila Lira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Aviso a todos que o quórum foi alcançado.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - O povo vai decidir entre dois amigos: o Deputado Izalci e ele. Quero registrar nosso apoio ao trabalho que será presidido pelo Coronel e Deputado Alberto Fraga.

Um abraço.

O SR. DEPUTADO IZALCI? - Deputado Átila, estou votando nele para ele votar em mim depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Para que não haja dúvidas, gostaria de esclarecer ao Deputado Átila Lira e ao Deputado Izalci que, quando nós fizemos a leitura das regras da votação, estabeleceu-se que, a partir



daquele momento, não poderia mais haver substituição, em vista da questão eletrônica. Por isso, não foi feita a substituição. Embora V.Exas. estejam aqui presentes, o que nos honra e nos orgulha e nos deixa satisfeitos, não foi possível substituir os nomes.

Com a chegada do Deputado Alexandre Leite, que chegou aqui suado, mas consumou seu voto, nós temos presente o quórum de 16 Deputados.

Todos os Deputados votaram. Portanto, declaro encerrada a votação.

Podemos abrir a urna eletrônica. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Não houve traição. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pompeo de Mattos) - Houve unanimidade.

Passo, portanto, à apuração, conforme consta no painel eletrônico.

Votos brancos: 0;

Total de votos: 16;

Cargo: Presidente;

Nome: Alberto Fraga.

Portanto, S.Exa. foi escolhido pela unanimidade dos Deputados que exararam o voto.

Eu convido V.Exa. a ocupar a mesa e o declaro empossado para efetivamente assumir a Presidência dos trabalhos da CPI da Lei Rouanet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu espero que a CPI não seja tão sofrida quanto esta eleição.

Eu quero agradecer a todos, em especial ao nosso decano, ao nosso mais antigo Deputado, Pompeo de Mattos, e dizer que V.Exas. podem ter certeza de uma coisa...

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Quantos mandatos o Deputado Pompeo de Mattos tem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - São quatro ou cinco.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA - Então, eu sou o mais antigo. Eu tenho sete. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É porque V.Exa. chegou depois.



Eu queria dizer a todos que nos ouvem que podem ter certeza de que a condução dos trabalhos será feita da mesma forma que quando eu fui Presidente da CPI do Sistema Carcerário Brasileiro. Não podemos misturar política com assuntos importantes.

Concordo plenamente com o nosso Deputado Domingos Sávio a respeito de que nós temos que tirar desta CPI algo que venha a beneficiar a sociedade, especialmente os artistas iniciantes. Foi por causa deles que nós nos levantamos e colhemos assinaturas de vários de V.Exas., para que possamos dar uma ajuda a quem verdadeiramente precisa.

Fere nossos ouvidos tomarmos conhecimento de que artistas consagrados têm seus *shows*, que custam em torno de 5 milhões, financiados, quando, na verdade, Deputado Domingos Sávio, esses artistas têm até avião ou jatinho próprio. Os coitados que estão iniciando a carreira não conseguem financiamento nem para gravar um CD, nem para gravar uma música.

Eu acredito que este é o entendimento e o pensamento de todos nós aqui: nós não queremos, de maneira alguma, fazer uma caça às bruxas. Mas não me peçam para participar de chicana, porque eu não farei isso. Durante meus quatro mandatos nesta Casa, eu mantive minha postura, e não há jeito de isso mudar. Eu sou uma pessoa muito correta, leal, e luto por aquilo em que acredito.

Tenham certeza, meus colegas, de que vamos traçar a seguinte linha: não vamos fazer política usando a CPI.

O Deputado Vicente Candido, por quem tenho todo o respeito, estava aqui, mas teve que se ausentar. Agradeço a compreensão dos Deputados do PT e do PCdoB. Acho que eles entendem que eu não posso ser Presidente de uma CPI sobre um assunto tão grave como estas denúncias que pairam sobre a Lei Rouanet e colocar na relatoria alguém que venha do Partido dos Trabalhadores. Independentemente da posição de um homem como Vicente Candido, que eu sei que é correto, isso não faria sentido.

Nós iríamos iniciar os trabalhos com a imprensa já dizendo que esta CPI tem sabor de *pizza*, por uma razão muito óbvia: o PT é o partido que estava no Governo havia 13 anos, e as denúncias que vamos investigar fazem parte deste contexto de Governo. Nós não vamos fazer uma caça às bruxas, de forma alguma. Alguém aqui



vai dizer que nós vamos investigar o Governo Temer, que tem 1 semana? Não! Nós temos que focar os assuntos que verdadeiramente incomodaram o povo brasileiro. Nós sabemos de fatos já consumados, como casamentos luxuosos patrocinados pela Lei Rouanet em Santa Catarina.

Façam-me o favor! Escolher um Relator do PT não faz sentido!

Eu quero tranquilizar o Ministro da Cultura e dizer a S.Exa. que não se preocupe. Quem não deve não teme. Eu tenho certeza, pela plêiade de Deputados que compõem esta CPI, de que não vamos prejudicar absolutamente ninguém, nem nada, mas também não vamos encobrir falcatruas de ninguém. V.Exas. vão ver que há quem recebia, todos os anos, aquela mesada polpuda de 5 ou 6 milhões por ano. Nós temos que acabar de uma vez por todas com isso.

Não quero mais cansá-los, porque todos precisam viajar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Deputado Alberto Fraga, eu quero falar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Antes de encerrar, passo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, que quer fazer uma manifestação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, muito rapidamente, quero tão somente agradecer a oportunidade de ter presidido esta reunião. Aliás, é a primeira vez que vejo uma reunião durar 2 dias. Primeiro, tivemos a abertura e a instalação e, depois, a eleição. Isso mostra exatamente que o tema é relevante, o tema é deveras importante. Mais do que isso, eu diria que o tema é preocupante, na medida em que temos uma lei importante para o País, uma lei que trata da cultura. Eu gosto da cultura. Aliás, no Rio Grande do Sul, temos a Lei de Incentivo à Cultura Gaúcha — LIC. Trata-se de uma lei importante, que também teve seus problemas e angústias. Lamentavelmente, como diz o castelhano, nós que somos vizinhos deles, *hecha la ley, hecha la trampa*: tanto faz a lei, alguém faz a trampa.

Cada vez mais, nós temos que fechar a porta da trampa, para evitar exatamente este tipo de constrangimento. Nós somos surpreendidos por denúncias de desvios milionários, desvios inaceitáveis, da Lei Rouanet, por figuras importantes da cultura brasileira, por pessoas que não precisavam ter seu nome envolvido. Talvez algumas até tenham sido usadas, porque sabemos que há muita gente por



trás disso. Este é um esquema muito forte, que precisa ser examinado com um olhar de lupa, para se separar o joio do trigo e ver quem é um e quem é o outro.

Nós sabemos que há muita coisa boa na cultura. Aliás, a imensa maioria é boa, é ótima, é excelente! Precisa de apoio, de amparo, mas precisamos também ter a clareza de que estes desvios não podem continuar.

Portanto, honra-me muito esta oportunidade.

Antes de encerrar, Deputado Alberto Fraga, quero parabenizá-lo — esta Comissão não poderia estar em melhores mãos. Vamos fazer este debate sobre o Relator, mas creio que não podemos fazer aqui uma disputa político-partidária, muito menos ideológica. Como diria o Dr. Brizola, ela é dos interesses da Nação, do povo brasileiro, da cultura nacional, das coisas do nosso povo, da nossa gente, dos diversos Estados, das diversas regiões, do nosso sentimento pátrio. É isso que está em jogo.

Não podemos brincar com coisa séria. Todos nós estamos imbuídos do mesmo propósito. Esta é a razão por que estou aqui.

Ao encerrar, quero saudar o Prefeito Jurandir Serena, da minha querida Sobradinho, no Rio Grande do Sul; e o Dr. Nilo, Secretário de Saúde do Município de Sobradinho, que estiveram conosco todo este tempo, aguardando-me.

Parabéns, Deputado Alberto Fraga, pela assunção ao cargo!

Nós vamos trabalhar muito nesta Comissão, se Deus quiser!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente Alberto Fraga, gostaria de cumprimentá-lo e reiterar minha satisfação com a eleição de V.Exa.

Que V.Exa., eleito à unanimidade, tenha um bom início nesta importante missão que estamos assumindo juntos. De início, já temos a construção de um entendimento, a partir do qual vamos fazer, sim, uma investigação séria, rigorosa, para darmos uma satisfação a todo o povo brasileiro, para que a partir daí não só se estabeleça a punição daqueles que eventualmente tenham infringido os princípios



legais, mas também se construa o aprimoramento da lei para o bem do nosso País e, em especial, da cultura brasileira.

Parabéns, Deputado Alberto Fraga! Conte com a nossa lealdade e com o nosso empenho, para que esta CPI produza um bom resultado para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Confio muito no trabalho de V.Exa., tenha certeza disso.

Tem a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, parabéns a V.Exa. agora pela posse!

Agradeço, mesmo na ausência, ao Deputado Pompeo de Mattos, que cumpriu brilhantemente o seu papel ao conduzir este processo eleitoral.

Quero fazer este registro porque a história se lembrará sempre do Presidente Alberto Fraga, mas alguém iniciou este processo, e este foi o Deputado Pompeo de Mattos.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta. Como não foram eleitos os Vices e a Relatoria, já podemos protocolar ou não nossos primeiros requerimentos? Caso seja possível, só por desconhecimento mesmo — sou Deputado de primeiro mandato —, meus dois requerimentos iniciais já serão protocolados hoje mesmo.

Quero convocar aqui um artista. Como ele usa nome artístico, o nome artístico pode ser entendido artisticamente. Para mim, ele deixou de ser José de Abreu e passou a ser Zé do Cuspe.

Meu primeiro requerimento é para ouvir o Sr. José de Abreu e sua esposa, porque estão inadimplentes com a Lei Rouanet, desde 2007.

Portanto, comunico aos pares que, se for permitido regimentalmente, darei entrada neste requerimento ainda hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É permitido. Nós só não vamos marcar uma reunião hoje porque precisamos chegar a este entendimento, conforme conversa que tivemos.

A partir da segunda-feira, vamos conversar com a Presidência da Casa e o Governo para acertarmos a composição.

A data da próxima reunião será fixada depois da segunda-feira. Já temos um grupo no WhatsApp. A convocação será feita desta forma.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.